

# Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 9 - 25 de maio de 2009

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- ONGs denunciam apropriação de terras por países ricos em PEDs ..... 1
- África na fronteira dos investimentos internacionais ..... 3

## NOTÍCIAS REGIONAIS

- STF julgará constitucionalidade de concessão de patentes estrangeiras por *pipeline* ..... 5
- Brasil busca aprofundar relações comerciais com a China..... 7

## BREVES MULTILATERAIS

- América Latina sairá da crise antes que países desenvolvidos: FMI..... 9
- UE e EUA chegam a acordo provisório para resolver disputa de 13 anos sobre carne bovina ..... 10

## BREVES REGIONAIS

- Diplomacia brasileira defende ISDB-T como padrão sul-americano de TV digital..... 11
- Países latino-americanos comprometem-se a destinar US\$ 7 bilhões ao Banco do Sul..... 12

## EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Fóruns Multilaterais ..... 13
- Fóruns Regionais ..... 13
- Informações Úteis ..... 13

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### ONGs denunciam apropriação de terras por países ricos em PEDs

O recente aumento de compras de terras por países ricos em países em desenvolvimento (PEDs) vem chamando a atenção de analistas de comércio e direitos humanos. O silêncio das partes envolvidas – entes privados e governos – quanto aos detalhes das transações suscitou a preocupação de organizações não governamentais (ONGs), que temem o comprometimento do desenvolvimento e da segurança alimentar dos PEDs envolvidos. O Banco Mundial, por outro lado, defende que compras em larga escala de terras aráveis em PEDs podem apresentar efeitos positivos às populações locais, tais como transferência de tecnologia e conhecimento técnico (*know how*).

A aquisição de terras em larga escala por países importadores de alimentos remonta aos tempos coloniais. Os investidores, que há décadas negligenciavam a agricultura, passaram a enxergar nessa atividade possibilidades de crescimento no futuro.

Em um relatório preliminar, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Ifad, sigla em inglês), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), citou a alta da demanda por biocombustíveis e dos preços dos alimentos como razões para o aumento de preços em propriedades rurais nos PEDs.

Dentre os principais compradores de terras no exterior estão China, Coreia do Sul e os países do Golfo Pérsico, de acordo com estudo elaborado pela ONG espanhola GRAIN. Estudo similar também foi desenvolvido pelo International Food Policy Research Institute (Ifpri).

Os países do Golfo Pérsico são, em geral, dependentes de importações para alimentar suas

populações. De acordo com o estudo da GRAIN, as importações alimentares da região passaram de US\$ 8 bilhões em 2003 para mais de US\$ 20 bilhões em 2008. Levando-se em conta a taxa de crescimento populacional de 100% projetada para os próximos 20 anos, a escassez de água e terras aráveis provavelmente impedirá a região de alcançar auto-suficiência na produção alimentar, de acordo com o Conselho de Pesquisa do Golfo.

Em contraste com os países do Golfo, a China é auto-suficiente quanto a suas necessidades alimentares. No entanto, as pressões decorrentes da crescente urbanização eliminaram cerca de nove milhões de hectares de terras aráveis entre 1996 e 2006, área comparável ao total de propriedades atualmente negociadas no exterior. Outros países asiáticos – como Japão e Coreia do Sul – dependem fortemente de importações agrícolas para alimentar suas populações. De acordo com dados noticiados, o Japão já teria mais de 12 milhões de hectares de propriedades agrícolas no exterior, área quase três vezes superior ao total de terras aráveis dentro de seu próprio território.

### A proporção das aquisições

Apesar da ausência de estatísticas mais específicas sobre tais transações, dados divulgados até o momento permitem verificar que muitos dos acordos envolvem operações de compra e venda de caráter perpétuo ou locações com duração entre 50 e 99 anos. As áreas negociadas variam de 25.000 hectares – a exemplo das terras compradas por jordanianos no Sudão – até mais de 2,8 milhões de hectares – comprados pela China para a produção de óleo de palma na República Democrática do Congo.

Segundo estudo do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD, sigla em inglês), as partes mais frequentes neste tipo de acordo são governos, fundos soberanos (via subsidiárias), grandes empresas do agronegócio, bancos de investimento e empresas do ramo de *commodities* e extração mineral. Firms estadunidenses e europeias estão interessados em terras situadas em países diversos – de Moçambique à Ucrânia –, enquanto os países do Golfo tendem a voltar-se para regiões com as quais possuem vínculos históricos, como Sudão e

Paquistão. China, Japão e Coreia do Sul, a seu turno, têm como foco territórios na Ásia e África, onde possam produzir gêneros alimentícios, ração animal e bioenergia.

### Quem são os beneficiados?

O principal questionamento reside provavelmente na identificação de quem seriam os beneficiados e os prejudicados por estas operações. A falta de transparência em torno dos acordos realizados vem sendo criticada por pesquisadores, que afirmam que a relação entre as firmas privadas e os governos participantes das negociações é incerta.

Os compradores frequentemente oferecem aos países receptores uma combinação de empréstimos, investimentos em infra-estrutura e fornecimento de *commodities* – ou até mesmo recursos em espécie. Dada a escassez de investimentos públicos e privados em agricultura nos PEDs nos últimos anos, países mais pobres demonstram-se ansiosos para garantir o acesso a estes ativos, o que ainda traz o benefício de explorar economicamente recursos naturais subutilizados.

Especialistas do Banco Mundial enfatizam que tais acordos podem, em determinadas condições, fornecer oportunidades à transferência de tecnologia e *know how* aos PEDs. De outro lado, especialistas como Raul Montemayor, da Federação de Fazendeiros Livres das Filipinas, denunciam que alguns processos de aquisição são facilitados desonestamente e que os antigos proprietários rurais, ainda que permaneçam empregados nas grandes propriedades a serem formadas, têm seus rendimentos reduzidos.

Para que tais aquisições produzam os potenciais benefícios, o Banco Mundial solicita aos investidores: (i) que respeitem os direitos de propriedade existentes no país da compra; (ii) que realizem análises financeiras e econômicas sobre a viabilidade dos investimentos; (iii) que estejam seguros de que detêm a capacidade técnica e financeira de executar suas propostas no longo prazo; e (iv) que estejam abertos e sejam transparentes no processo de escolha das terras e do projeto, na medida em que isto não provoque “custos desnecessários ou atrasos”.

ONGs e outros atores pressionam por maior transparência nos acordos, sob o argumento de que, dadas as suas proporções, as transações realizadas afetarão o nível de vida de muitas das pessoas mais vulneráveis do mundo em termos econômicos. Embora o motivo para o sigilo ainda seja desconhecido, já existem acusações de corrupção contra funcionários públicos de alto escalão.

Ademais, segundo estudo do IISD, as aquisições de terras podem prejudicar a capacidade de gestão da política comercial dos países receptores dos investimentos. Como a principal preocupação de muitos dos investidores é o fornecimento de alimentos à sua população, é provável que os acordos contenham provisões que os permitam exportar a produção. Tais provisões impediriam o recurso a medidas emergenciais para a garantia da segurança alimentar, como as restrições às exportações adotadas por países como Argentina, Índia, Paquistão e Vietnã durante a crise alimentar de 2008.

Dados os potenciais problemas em torno das aquisições em larga escala de propriedades rurais, alguns atores estão abordando a questão sob o prisma dos direitos humanos, pleiteando a criação de um conjunto de regras claras para orientar esta prática. Olivier De Schutter, relator especial da ONU sobre o direito à alimentação, afirma já existirem os instrumentos legais necessários para garantir as preocupações com segurança alimentar. Defende que os governos deveriam impedir a exportação de parte da produção de alimentos dos investidores estrangeiros quando os preços estiverem em alta. Ainda, sustenta que os poderes legislativo e judiciário deveriam monitorar as aquisições, de modo que os investimentos em agricultura possam servir primordialmente ao direito à alimentação das comunidades locais.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 18 - 20 mai. 2009.

## África na fronteira dos investimentos internacionais

A crise econômica mundial tem acentuado a tendência de replanejamento no mercado de investimentos internacionais, especialmente nos países em desenvolvimento (PEDs). Nesse contexto, a África se destaca como uma nova fronteira.

Embora os investimentos no continente africano concentrem-se no setor de matérias-primas, áreas como tecnologia da informação e infra-estrutura são promissoras. Tais transformações foram favorecidas por políticas locais de suporte a empresas estrangeiras – a exemplo da criação de Agências de Fomento a Investimentos –, bem como políticas de aprimoramento da imagem dos países africanos frente aos investidores.

Gana e Botsuana são exemplos desses esforços. O primeiro país foi apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos que mais atuou na redução das assimetrias sociais. Por sua vez, um estudo do Banco Mundial, publicado em 11 de maio, destacou o desempenho de Botsuana em termos de investimentos. Mesmo no contexto da crise, o país aumentou em 140% sua pontuação em relação ao estudo anterior, o que indica o sucesso dos mecanismos domésticos de promoção aos investimentos.

### Interesses asiáticos no continente

A Ásia certamente foi o continente que realizou aportes mais significativos na África durante a última década. Em 2004, a Índia – país que sempre manteve relações próximas com a África – registrou incremento comercial de 32,34% com o continente. Em 2003, criou um programa de fomento ao intercâmbio bilateral denominado “Focus: África” e, em 2008, celebrou um Tratado Comercial Preferencial com os países da União Aduaneira da África Austral (SACU, sigla em inglês).

De acordo com analistas internacionais, o principal interesse da Índia na África é obter fontes suplementares de energia para sua economia, em constante crescimento. Por sua vez, o país asiático pode oferecer tecnologia a baixo

custo para a produção de medicamentos e financiamento para projetos locais, como a linha de crédito de US\$ 640 milhões concedida para a indústria açucareira da Etiópia.

Por seu vez, a China tem buscado ampliar suas parcerias no continente por meio de investimentos diretos e tratados comerciais. Ao todo são mais de 40 tratados e 22 acordos de financiamento. Para gerenciar os programas de fomento, o governo chinês criou a Agência de Desenvolvimento Sino-Africano, a qual deverá receber ainda neste ano US\$ 2 bilhões oriundos do Banco de Desenvolvimento da China. Os projetos beneficiados enquadram-se em áreas diversas, tais como agricultura – cujos principais países destinatários são Etiópia, Malawi e Moçambique – e indústria – com foco em Egito, Gana, Ilhas Maurício, Nigéria e Zimbábue, sendo que para este último estão previstos investimentos de pelo menos US\$ 143 milhões para construção de uma usina de geração de energia na cidade de Kpone.

### Rússia na África

A princípio concentrados na Comunidade dos Estados Independentes (CEI), os investimentos russos têm sido redirecionados, desde década de 1990, em vista das perspectivas de crescimento econômico e acesso a mercados na África. A Alrosa, empresa estatal russa de mineração, estabeleceu-se em Angola, em 2007, ao passo que grandes metalúrgicas e petrolíferas paulatinamente têm adquirido parcelas significativas no mercado africano. A título ilustrativo, a petrolífera Sintezneftegas adquiriu 70% do mercado namíbio. À parte das empresas do setor extrativista, instituições financeiras e empresas de telecomunicações também têm sido atraídas para o continente.

### Oportunidades para empresas brasileiras

O Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) vem adquirindo relevância crescente na prospecção de novos mercados para os produtos brasileiros. Exemplo disso é a multiplicação de missões empresariais (ver, neste número, “Brasil busca aprofundar relações comerciais com a China”) sob coordenação do Ministério.

Particularmente na África, tais iniciativas são relevantes, sobretudo, do ponto de vista de conscientização do empresariado brasileiro, que está percebendo a potencialidade do continente além-mar. Empresas como Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Petrobrás e Vale já se estabeleceram na África ou atuam por meio de *joint-ventures* e parcerias. Mais recentemente, empresas brasileiras do setor de tecnologia da informação instalaram-se na África para produção e comercialização no mercado local.

Parece haver a expectativa, no empresariado, de que a redução da lacuna de conhecimentos técnicos sobre a África ocorra mediante planejamento prévio e canais de comunicação com potenciais investidores. Tais medidas, associadas a políticas de desenvolvimento, oferecem, no médio e longo prazos, condições propícias para o fortalecimento das relações comerciais Brasil-África.

Atualmente, estão em negociação contratos envolvendo empresas do setor de infra-estrutura e mineração, o que aponta para o provável aumento no intercâmbio de mercadorias, bem como para a intensificação do fluxo de investimentos estrangeiros diretos em direção à África. Isso poderá beneficiar não somente empresas que optem por se instalar no território, mas também exportadores brasileiros, que assistiram, nos últimos sete anos, à triplicação do número de remessas para o continente africano.

### Reportagem Equipe Pontes

#### Fontes Consultadas:

Africa News. *Botswana tops investment league* (18/05/2009). Disponível em: <[http://www.africanews.com/site/Botswana\\_tops\\_investment\\_league/list\\_messages/24914](http://www.africanews.com/site/Botswana_tops_investment_league/list_messages/24914)>. Acesso em: 19 mai. 2009.

BBC News. *India pledges african investments* (8/05/2008). Disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/south\\_asia/7335882.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7335882.stm)>. Acesso em: 19 mai. 2009.

Chinese Economic Review. *China-Africa fund to receive new capital ahead of schedule* (17/03/2009). Disponível em:

<[http://www.chinaeconomicreview.com/dailybriefing/2009\\_03\\_17/China-Africa\\_fund\\_to\\_receive\\_new\\_capital\\_ahead\\_of\\_schedule.html](http://www.chinaeconomicreview.com/dailybriefing/2009_03_17/China-Africa_fund_to_receive_new_capital_ahead_of_schedule.html)>. Acesso em: 19 mai. 2009

Deutsche Bank. *Russia's outward investment* (30/04/2008). Disponível em: <[http://www.dbresearch.com/PROD/DBR\\_INTERNET\\_EN-PROD/PROD000000000224964.pdf](http://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN-PROD/PROD000000000224964.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2009.

International Finance Group. *Global Investment Promotion Benchmark 2009* (11/05/2009). Disponível em: <[http://www.ifc.org/ifcext/fias.nsf/AttachmentsByTitle/GIPB2009\\_completereport/\\$FILE/Report.pdf](http://www.ifc.org/ifcext/fias.nsf/AttachmentsByTitle/GIPB2009_completereport/$FILE/Report.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2009.

UNCTAD. *Asian Foreign Direct Investment in África: Towards a New Era of Cooperation Among Developing Countries* (27/03/2007). Disponível em: <[http://www.unctad.org/en/docs/iteia20071\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/iteia20071_en.pdf)>. Acesso em: 19 mai. 2009.

## NOTÍCIAS REGIONAIS

### STF julgará constitucionalidade de concessão de patentes estrangeiras por *pipeline*

O sistema de concessão de patentes conhecido como *pipeline* será objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro. Sob esse sistema, vigente no país há 13 anos, foram concedidas 810 patentes, das quais 565 – registradas originalmente no exterior e revalidadas no país – correm o risco de ser revogadas.

O termo *pipeline* – tubulação, em inglês – faz alusão à fase intermediária do processo de aprovação da patente, quando o produto se encontra entre a bancada de pesquisa e o mercado. O sistema também era conhecido como método de revalidação, na medida em que possibilitou que as patentes existentes fora do país recebessem validação automática no Brasil e, dessa forma, fossem dispensadas do procedimento de avaliação

regular feito pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O esquema foi introduzido no país após a adesão do Brasil ao Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês), que fixou padrões mínimos de proteção aos direitos de propriedade intelectual para os Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). Promulgada em 1996, a Lei de Propriedade Industrial (Lei Nº 9.279/96 – LPI) substituiu o sistema anterior, que vedava a concessão de patentes a produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos. Nos artigos 230 e 231, a nova lei estabelece o esquema *pipeline*. Segundo o parágrafo 3º do artigo 230, uma vez atendidas as condições ali estabelecidas e comprovada a concessão da patente no país onde foi depositado o primeiro pedido, a patente será concedida no Brasil tal como no país de origem.

A Procuradoria Geral da União (PGU) ajuizou, em abril, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra os artigos destacados, sob o argumento de que os dispositivos desrespeitam o critério de novidade, elementar no registro de patentes. Na petição apresentada, a PGU sustenta que "a inconstitucionalidade das patentes *pipeline* está justamente na sua natureza jurídica, pois se pretende tornar patenteável, em detrimento do princípio da novidade, aquilo que já se encontra em domínio público, promovendo o legislador ordinário, assim, uma espécie de expropriação de um bem comum do povo, sem qualquer amparo constitucional".

A PGU solicitou, ainda, a concessão de liminar para suspender a vigência dos dispositivos durante a tramitação da ação, mas a Ministra Cármen Lúcia, do STF, entendeu que, por envolver interesses de ordem pública, a questão deve ser analisada diretamente no mérito pelo Plenário do STF.

A Procuradoria Geral alega que, a pretexto de incentivar a pesquisa científica, tornaram-se patenteáveis medicamentos em produção no mercado por diversas fontes, o que contraria a política de oferecer remédios genéricos a preços reduzidos e torná-los mais acessíveis à população.

Desta forma, incentivou-se a formação de monopólio na indústria farmacêutica. "As patentes já estavam em domínio público no Brasil, o que é irreversível", afirma o advogado Denis Borges Barbosa, professor de Propriedade Industrial da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

A legalidade das patentes *pipeline* tem sido recorrentemente questionada perante o Judiciário. Atualmente, cerca de 33 patentes são atacadas por meio de ações judiciais, das quais a maior parte refere-se ao prazo de vigência. O levantamento da questão de inconstitucionalidade, contudo, tem o condão de afetar generalizadamente o *status* da indústria farmacêutica envolvida, no que alterará o regime legal vigente para todas as patentes concedidas sob o esquema.

De acordo com Barbosa, o sistema *pipeline* sequer encontra previsão no Direito Internacional, que reconhece o princípio de independência das patentes, segundo o qual o tratamento dado a uma patente em um país não implica em necessidade de adoção do mesmo por outros países. Segundo o advogado, a adesão teria resultado da pressão de alguns países desenvolvidos (PDs), interessados em favorecer suas indústrias farmacêuticas. José Serra, Ministro da Saúde durante a edição da LPI, manifestou-se contrariamente à adoção do mecanismo de *pipeline*: "A incorporação do mecanismo de *pipeline* à lei de patentes foi uma concessão desnecessária feita pelo Brasil, dado que não era uma exigência do Acordo TRIPS, sendo alvo de críticas até hoje".

Os diversos interesses conflitantes envolvidos, representados por atores dotados de grande força política, tornam a questão ainda mais delicada. A classe representante da indústria farmacêutica de genéricos alinha-se à PGU ao sustentar que a revogação do *pipeline* favoreceria o desenvolvimento de produtos largamente utilizados, a exemplo de um medicamento para colesterol que movimentava R\$ 250 milhões ao ano. Segundo Odnir Finotti, presidente da Progenéricos, o produto teria o preço reduzido em até dois terços se a patente fosse afastada.

Por outro lado, os defensores do *pipeline* apontam a possibilidade de revisão do sistema como fator de insegurança jurídica, pois os direitos adquiridos

pelos detentores de patentes por meio dele também gozam de proteção constitucional. Além disso, alegam que as repercussões econômicas da decisão podem ser desproporcionais caso o Supremo não module os efeitos da decisão (impedindo-a de retroagir a fatos anteriores ao julgamento), já que ela pode ensejar pedidos de indenização por patentes que não se encontram mais em vigor.

O prazo de vigência das patentes, nos termos da LPI, estende-se por 20 anos. Como as patentes enquadradas no *pipeline* foram depositadas até 1997, poderiam vigorar até 2017. Se o STF decidir pela inconstitucionalidade dos dispositivos, as patentes em questão poderão cair em domínio público imediatamente.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

BARBOSA, Denis Borges. *Inconstitucionalidade das Patentes Pipeline*. (2006). Disponível em: <<http://denisbarbosa.addr.com/pipeline.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

Supremo Tribunal Federal. *Ação contra patente "pipeline" será levada para julgamento em definitivo pelo Plenário do STF*. (06/05/2009). Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=107628>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

Supremo Tribunal Federal. *Acompanhamento processual da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 4234*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=4234&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

Valor Econômico. *Julgamento do STF coloca em xeque validade de 565 patentes no país*. (12/05/2009). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=575704](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=575704)>. Acesso em: 12 mai. 2009.

## Brasil busca aprofundar relações comerciais com a China

A visita do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à China, ocorrida entre os dias 18 e 20 de maio, representa mais um passo rumo ao estreitamento dos laços comerciais entre os dois países. Apesar de apresentar fundo político, a motivação da visita foi eminentemente econômica, uma vez que um de seus objetivos principais era a abertura do mercado chinês à carne de frango e à carne suína exportadas pelo Brasil. Além disso, a viagem de Lula marca o início de uma maior atuação, no Brasil, do Banco de Desenvolvimento Chinês (BDC).

A visita ocorreu em momento de intensificação do comércio bilateral, intensificação esta que se dá mesmo face à retração do comércio internacional em decorrência da crise econômica atual. Em abril, a China tornou-se a primeira parceira comercial do Brasil, superando os Estados Unidos da América (EUA), principal destino dos produtos brasileiros nos últimos oitenta anos.

### Aproximação contínua entre os dois países

O estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, em 1974, deu início à aproximação política e econômica bilateral. A partir da década de 90, as mudanças no cenário internacional possibilitaram que Brasil e China defendessem os interesses dos países em desenvolvimento (PEDs) em diversos fóruns, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Exemplo emblemático disso constitui o apoio da China ao assento brasileiro no Conselho de Segurança da ONU, bem como o posicionamento de ambos os países contra as medidas protecionistas dos países desenvolvidos (PDs) perante a Organização Mundial do Comércio (OMC). A entrada da China na referida organização, em 2001, foi largamente apoiada pelo Brasil. No contexto da crise econômica global, é destacável a atuação sino-brasileira no G-20, reflexo do papel cada vez mais relevante que desempenham os dois países na governança internacional.

Ao alinhamento político, sucedeu o crescimento acelerado do comércio: na década de 90, o volume de comércio bilateral era de US\$ 1,494

bilhão; em 2001, atingiu a cifra de US\$ 3,698 bilhões e, em 2003, US\$ 6,6 bilhões. Após a primeira visita de Lula à China, ocorrida em 2004 – a qual contou com uma comitiva que incluía mais de 400 empresários brasileiros –, o comércio bilateral recebeu novo impulso, chegando a movimentar US\$ 36 bilhões em 2008.

Em 2008, foi enviada a Macau uma missão de empresários brasileiros chefiada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 3, No. 14, 21 jul. 2008, disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/13252/>>). Naquela ocasião, o MDIC apontou o país asiático como o mercado estratégico mais relevante para o Brasil. Esta foi a conclusão da “Agenda China”, estudo realizado pelo MDIC sobre as necessidades comerciais chinesas, em comparação à oferta de produtos brasileiros. A Agenda China estabeleceu, basicamente, duas metas: triplicar as exportações brasileiras para a China até 2010 e atrair mais investimentos chineses para o Brasil. Segundo o estudo, estes resultados devem ser atingidos por meio da diversificação das exportações e pela venda de produtos de maior valor agregado.

### Perspectivas

A abertura do primeiro Centro de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), em 19 de maio, assinala novas perspectivas para a inserção das exportações brasileiras no mercado chinês. O novo Centro de Negócios auxiliará na internacionalização das empresas brasileiras, prospecção de mercado e distribuição de produtos. Segundo Alexandre Teixeira, presidente da Apex, a iniciativa proporcionará o “uso inteligente de informações para criar espaço para produtos brasileiros nos mercados prioritários”. Neste sentido, a Apex pretende se utilizar do estudo, publicado em abril, em que analisa profundamente o mercado asiático da moda, uma de suas apostas (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No. 8, disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/46470/>>).

No tocante aos investimentos chineses no Brasil, a tendência é de crescimento. Os bancos chineses – capitalizados mesmo no contexto da crise econômica global – encontram-se em processo de internacionalização de suas atividades. A inauguração da primeira agência do BDC no país assinala sua disposição em financiar bancos nacionais (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, No. 6, disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/44910/>>), o que contribuirá para o aumento da oferta de crédito no mercado brasileiro.

### Desfecho da visita de Lula

Muito embora a recente visita do Presidente Lula não tenha correspondido às expectativas dos empresários brasileiros, se considerarmos o nível atual de intercâmbio comercial bilateral, houve progressos. A imediata abertura do mercado da China à carne de frango brasileira pode ser considerada a maior conquista comercial da visita. Ademais, o contrato de financiamento, formalizado entre o BDC e a Petrobrás, no valor expressivo de US\$ 10 bilhões, atesta o interesse chinês em realizar investimentos no Brasil. Em razão do financiamento, a estatal brasileira deverá fornecer 150 mil barris de petróleo/dia neste ano e 200 mil barris/dia a partir de 2010 à petrolífera estatal chinesa, Sinopec. Durante a visita, foi também reforçada a proposta brasileira de realizar o comércio entre os dois países utilizando suas respectivas moedas, ao invés do dólar estadunidense (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 18, disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/46968/>>).

Apesar dos progressos, a diminuição do porte da comitiva brasileira de 500 para 100 integrantes, assim como o cancelamento repentino da presença do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central apontam para a necessidade de maior cautela nas negociações do Brasil com a China. Segundo Titus Liu, gestor de negócios da Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE), tais alterações prejudicam a construção de uma relação de longo prazo com o país asiático. “O Brasil não deveria apresentar essa postura, sobretudo neste momento em que a China é o nosso maior parceiro comercial. Hoje nós precisamos mais deles, do que eles de nós”.

Em sua opinião, para que as relações comerciais sino-brasileiras evoluam nos próximos anos, “cabe ao Brasil investir de forma mais pró-ativa nas relações com a China para mudar a maneira como somos vistos naquele país”. Liu ressalva como fator fundamental compreender a cultura chinesa, já que “os negócios no oriente são feitos de maneira diferente da que estamos acostumados a fazer com os países do ocidente”.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Apex. *Apex-Brasil inaugura Centro de Negócios na China*. (14/05/2009). Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/>>. Acesso em: 16 mai. 2009.

CBCDE. *Parceria Brasil-China. Visão estratégica – Brasil-China: cada vez mais próximos*. Mai. 2004, Ano II, número especial.

CBCDE. *Visita de Lula à China assinala 35 anos de elo diplomático*. (17/05/2009). Disponível em: <[http://www.cbcde.org.br/home/noticias\\_detalle.asp?paEstilo=canal&paCodNoticia=3142](http://www.cbcde.org.br/home/noticias_detalle.asp?paEstilo=canal&paCodNoticia=3142)>. Acesso em: 18 mai. 2009.

MDIC. *Governo lança estratégia para ampliar relações com o mercado chinês*. (03/07/2008). Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1&noticia=8378>>. Acesso em: 16 mai. 2009.

Valor Econômico. *Visita de Lula poderá abrir mercado chinês para frango e suínos* (11/05/2008). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalle3.asp?ID\\_RESENHA=575069](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=575069)>. Acesso em: 13 mai. 2009.

## BREVES MULTILATERAIS

### América Latina sairá da crise antes que países desenvolvidos: FMI

As economias latino-americanas sofrerão contração de 1,5% em 2009 e, apenas no ano seguinte, voltarão a experimentar taxas positivas de crescimento, em torno de 1,6%, segundo as últimas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Chile, Colômbia, Peru e Uruguai foram apontados como países que sairão da crise econômica mundial mais rapidamente.

O prognóstico do FMI não é nada otimista. Em seu último informe sobre as perspectivas econômicas para a América Latina e o Caribe, “as tensões financeiras mundiais se mostraram muito mais severas e prolongadas do que o previsto”. A desaceleração econômica será generalizada na região, sendo mais pronunciada nos países exportadores de matérias-primas e naqueles que possuem vínculos mais estreitos com a cadeia mundial de produção industrial.

O FMI destacou alguns fatores de propagação da crise que condicionarão a retração econômica prevista para a América Latina, por exemplo, a existência de mais restrições ao financiamento externo e a redução da demanda por exportações, particularmente em um de seus principais parceiros comerciais: os Estados Unidos da América (EUA). Outro fator está diretamente relacionado à queda abrupta de 33% nos preços das matérias-primas regionais, as quais somente serão valorizadas em 2010 – a uma taxa relativamente baixa, de 3%. Tais números variam de acordo com o país analisado, já que não se pode ignorar que alguns são tanto exportadores quanto importadores de matérias-primas.

Destaca-se, ainda, a redução das receitas oriundas das remessas de capitais e do turismo. A taxa de crescimento das remessas de capitais latino-americanas – que, desde 2000, estava em torno de 15% – apresentou desaceleração em meados de 2006 e em alguns países chegou a se retrain.

Por sua vez, calcula-se que a arrecadação do setor de turismo diminua mais neste ano do que em 2008, o que também projetaria efeitos negativos no setor da construção civil.

#### Impacto social

“O impacto social da crise mundial é cada vez mais visível”, asseverou o relatório, que ressaltou tendências preocupantes como a elevação do desemprego em vários países, fenômeno que tem sido agravado pelo fato de o seguro desemprego apresentar, em geral, baixa cobertura em muitos países da região. Outra implicação social da crise destacada pelo estudo diz respeito ao aumento no preço dos alimentos, que se conservaram estáveis até o terceiro trimestre de 2008. A combinação deste fator com a desaceleração econômica teria contribuído para a frenagem na redução da pobreza. Nesse sentido, a queda no volume de remessas de capitais teria consequências negativas para o combate à pobreza, em vista da relevância das remessas de capitais especialmente para os lares de baixa renda.

#### Melhor preparados

A despeito desse cenário de lenta recuperação econômica, a região pode esperar um desempenho produtivo superior ao dos países desenvolvidos (PDs), para os quais o FMI projeta retração de 3,8% no Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 e crescimento nulo em 2010.

Igualmente, as projeções atuais do FMI indicam que a América Latina apresenta melhor desempenho de recuperação econômica, comparativamente a crises anteriores. Isto pode ser explicado pela implementação, nos países latino-americanos, de melhores marcos de política macroeconômica. Além disso, o sistema financeiro regional não foi abalado pelos problemas bancários sistêmicos.

O FMI espera que as políticas anticíclicas empregadas pelos governos como resposta à crise – como investimentos em infra-estrutura e redes de proteção social – rendam frutos nos períodos futuros de crescimento econômico.

Finalmente, o FMI estima que, entre os países latino-americanos, alguns sairão da crise mais rapidamente que outros, por exemplo, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai. Para Nicolas Eyzaguirre, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo, esta situação não decorreu de um impacto menor da crise nesses países, mas sim de um melhor comportamento do ponto de vista macroeconômico, já que eles se prepararam para a turbulência, e hoje apenas colhem os dividendos do trabalho realizado.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado no *Puentes Quincenal*, Vol. 6, No. 9 - 19 de maio de 2009.

---

## **UE e EUA chegam a acordo provisório para resolver disputa de 13 anos sobre carne bovina**

Oficiais do comércio dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Europeia (UE) chegaram a um acordo provisório que poderá marcar o fim de uma disputa comercial que data de 1996, envolvendo carne bovina tratada com hormônio de estímulo ao crescimento. Anunciado em 6 de maio, o acordo permite à UE manter sua política de proibição à importação de carne bovina tratada com esse hormônio produzida nos EUA. Em troca, a carne que dispensar hormônio em seu processo produtivo terá garantido maior acesso ao mercado europeu. Ainda é preciso, entretanto, que o acordo seja assinado pelos representantes comerciais de ambas as Partes.

Com base nos termos do acordo provisório, não seriam implementadas as medidas retaliatórias sobre as exportações europeias anunciadas no início de 2009 pela administração Bush (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 2, 21 jan. 2009, <<http://ictsd.net/i/news/bridgesweekly/38184/>>). Tais medidas ficaram conhecidas como “sanções carrossel”, na medida em que a lista de produtos sujeitos à aplicação de tarifas seria alterada a cada seis meses, e correspondiam a US\$ 79 milhões adicionais em alíquotas sobre os produtos europeus. À época, as declarações de Washington visavam pressionar a UE em direção à resolução da disputa que já durava 13 anos.

No entanto, as sanções carrossel, que deveriam entrar em vigor dias após a elaboração do acordo provisório, foram eliminadas em vista do consenso obtido. Washington manterá o nível atual de sanções contra os produtos europeus – o que totaliza US\$ 37,8 milhões – durante três anos e eliminará todas as sanções em 2012, quando o acordo entra em vigor. Em troca, Bruxelas permitirá acesso adicional isento de tarifa à carne bovina dos EUA que não tenha sido tratada com hormônios de crescimento. Atualmente, a UE permite a importação anual de 11.500 toneladas métricas de carnes com esta característica. O acordo provisional aumentaria essa cota para 20.000 toneladas métricas anuais durante os próximos três anos. Em 2012, com a entrada em vigor do acordo, essa cota passaria a 45.000 toneladas métricas ao ano.

As Partes também concordaram quanto à busca de uma solução de longo termo para a disputa antes que o acordo entre em vigor. Os EUA e a UE comprometeram-se a não recorrer, nos próximos 18 meses, ao sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) para resolver a questão.

Para a frustração de alguns produtores de carne dos EUA, o acordo provisório esquiva-se do debate controverso em torno da alegação europeia de que a ingestão de carne bovina tratada com hormônio de estímulo ao crescimento é nociva à saúde humana. O Senador estadunidense Chuck Grassley, oriundo de Iowa, Estado altamente dependente da atividade agrícola, declarou que “A UE deveria reabrir seu mercado para toda a carne bovina dos EUA, cujo consumo é inteiramente seguro”.

Por outro lado, o maior grupo agrícola da UE criticou o acordo provisório por sua assimetria. A proposta implica “mais um golpe aos fazendeiros da UE, os quais já estão lutando para sobreviver em um mercado atingido pela crise econômica”, afirmou Pekka Pesonen, secretário geral da Copa-Cogeca, entidade representativa dos fazendeiros europeus. “A UE está garantindo aos EUA acesso substancial a seu mercado desde já, mas os EUA poderão manter suas sanções às exportações europeias por mais três anos”, declarou.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 17 - 13 mai. 2009.

## BREVES REGIONAIS

### Diplomacia brasileira defende ISDB-T como padrão sul-americano de TV digital

Há tempos o governo brasileiro defende que o padrão nipo-brasileiro de televisão digital – ISDB-T – deveria ser adotado como o padrão regional para toda a América do Sul. Contudo, Colômbia e Uruguai declararam recentemente que adotarão o padrão europeu, e a Venezuela mostrou propensão a seguir o padrão chinês.

Assim, a diplomacia brasileira decidiu elevar o tom de seus esforços e enviar sucessivas missões interministeriais para defender sua posição nas diferentes capitais sul-americanas. Como resultado, o Peru já confirmou sua adesão ao ISDB-T, e Argentina, Chile e Paraguai teriam grande probabilidade de seguir o mesmo caminho.

Compostas por membros do Itamaraty, da Casa Civil, dos ministérios das Comunicações e Ciência e Tecnologia, e por vezes, até mesmo de oficiais do governo japonês, as missões vêm defendendo enfaticamente as qualidades técnicas do sistema nipo-brasileiro e argumentando pelos benefícios econômicos da adoção de um único sistema regional. Dentre as qualidades técnicas listadas, afirma-se que o projeto brasileiro contemplaria as qualidades dos demais sistemas, sendo moderno e de simples utilização. Como pontos diferenciais, apresentaria maior capacidade de sintonia por objetos em movimento – como veículos – e melhor sintonia por antenas internas, empregadas pela metade dos receptores domésticos na região.

Paralelamente ao argumento técnico, as missões diplomáticas vêm enfatizando o argumento econômico. Sustentam que um padrão único para a região implicaria na integração das cadeias produtivas, proporcionando redução de custos a todos os países envolvidos. Ademais, foi

defendido como diferencial do sistema nipo-brasileiro a possibilidade de real transferência de tecnologia para os países que o adotarem: (i) Brasil e Japão abririam mão da cobrança de *royalties* sobre parte significativa da tecnologia empregada; (ii) o sistema nipo-brasileiro utiliza o *software* de interatividade Ginga, um *software* livre, de utilização gratuita. Por fim, foram incorporados à missão empresários brasileiros dispostos a investir em produção nos países vizinhos, caso estes venham a adotar o padrão ISDB-T. "Estamos dizendo claramente que a escolha do sistema ISDB-T não significa, absolutamente, dependência do Brasil no fornecimento de equipamentos", afirmou Marco Szili, diretor geral da Tele System Electronic, empresa atuante no setor.

As negociações nesta matéria entre Brasil e Argentina estariam entre as mais adiantadas, visto que os dois países já assinaram um protocolo técnico prevendo a adoção futura de um sistema único de televisão digital para os dois países. O texto prevê também a criação de mecanismos permanentes de intercâmbio de informações técnicas avançadas e a utilização conjunta de equipamentos e plantas científicas. Embora seja esperado por observadores que a formalização da posição argentina aconteça em breve, a escolha do padrão dificilmente ocorreria antes da aprovação da nova lei de comunicações audiovisuais, em trâmite no Congresso. O mesmo pode ser dito a respeito do Chile, que também se depara com lei semelhante em votação.

A situação dos demais países sul-americanos permanece incerta. Acredita-se que o Paraguai seguiria o padrão ISDB-T. A Venezuela chegou a mostrar clara intenção de adotar o padrão chinês, mas voltou atrás, declarando ainda não ter optado definitivamente por um sistema. Desconfia-se que as decisões de Equador e Bolívia possam ser influenciadas pela de Caracas, o que faria da Venezuela uma prioridade diplomática nessa matéria. Por fim, otimistas em Brasília vislumbram até mesmo uma mudança de posicionamento do Uruguai, que poderia abandonar o padrão europeu para não se prejudicar por um eventual isolamento regional.

Reportagem equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Agência Brasil. *Governo quer que países da América do Sul adotem sistema de TV digital brasileiro.* (02/03/09). Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/03/02/materia.2009-03-02.0544475960/view>>. Acesso em: 22 mai. 2009.

Federação Nacional dos Engenheiros. *Padrão de TV digital do Brasil avança na América do Sul.* (09/12/08). Disponível em: <[http://www.fne.org.br/fne/index.php/fne/noticias/padrao\\_de\\_tv\\_digital\\_do\\_brasil\\_avanca\\_na\\_america\\_do\\_sul](http://www.fne.org.br/fne/index.php/fne/noticias/padrao_de_tv_digital_do_brasil_avanca_na_america_do_sul)>. Acesso em: 22 mai. 2009.

Ministério das Comunicações. *Brasil vai ao Forum WiMAX defender uso da faixa de 700 MHz para retorno da TV digital.* (20/05/09). Disponível em: <<http://sbtvd.cpqd.com.br/?obj=noticia&mtd=detalhe&q=14627>>. Acesso em: 22 mai. 2009.

Valor Econômico. *Lula faz lobby por padrão da TV digital.* (13/05/09). Disponível em: <[http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao\\_detalhe3.asp?ID\\_RESENHA=575835](http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=575835)>. Acesso em: 22 mai. 2009.

---

## Países latino-americanos comprometem-se a destinar US\$ 7 bilhões ao Banco do Sul

Ministros de comércio de sete países latino-americanos celebraram um acordo sobre o estatuto para o Banco do Sul, instituição que terá por objetivo financiar projetos de infra-estrutura e desenvolvimento na região. Nos termos do documento proposto em encontro realizado recentemente em Buenos Aires (Argentina), Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela constituirão membros fundadores do banco regional.

Após a reunião, Carlos Fernandez, ministro da economia da Argentina, declarou que os representantes lograram resolver as questões conflitantes. Fernandez expressou o desejo de que a instituição comece a operar o mais breve possível. Até o momento, nenhuma informação oficial sobre o lançamento foi divulgada.

O estatuto deve ser aprovado pelos presidentes e órgãos legislativos de cada um dos países membros antes de entrar em vigência. Contudo, diversos ministros expressaram esperança de que o documento receba aprovação célere.

O Banco, cuja sede será na Venezuela, contará inicialmente com US\$ 7 bilhões. Argentina, Brasil e Venezuela oferecerão até US\$ 2 bilhões cada; Uruguai e Equador proverão, respectivamente, US\$ 400 milhões, enquanto Bolívia e Paraguai responderão por US\$ 100 milhões cada.

Diferentemente do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco do Sul concederá a seus membros o mesmo poder de voto, a despeito da disparidade observada na contribuição financeira dos países ao fundo da instituição. Porém, as decisões concernentes a empréstimos superiores a US\$ 70 milhões exigirão aprovação de países que representem ao menos dois terços do capital total do Banco.

O presidente venezuelano Hugo Chávez tem defendido a criação de uma instituição financeira regional como forma de reduzir a dependência sul-americana do FMI e de outras entidades multilaterais, as quais normalmente vinculam seus empréstimos a diversas condições e restrições relativas às contribuições financeiras de cada país.

Segundo o economista brasileiro Gabriel Strautman, o Banco do Sul pode representar uma alternativa para financiar projetos que o FMI e o Banco Mundial descartam. “Nós precisamos de sistemas de governança diferentes, que funcionem sob o esquema ‘um país, um voto’. Eu acredito que esta é a base para iniciar a reflexão sobre uma nova arquitetura financeira internacional”, concluiu.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 17 - 13 mai. 2009.

## EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)>

20 de maio

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

25 a 29 de maio

Geneva Week

26 e 27 de maio

Reunião do Conselho Geral

#### UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>

18 e 19 de maio

Simpósio Público: "A Crise Econômica Global e o Desenvolvimento – o Caminho à Frente"

18 a 22 de maio

Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS, sigla em inglês) – Fórum 2009

19 de maio

Medindo o impacto das Tecnologias da Informação e da Comunicação (ICTs – sigla em inglês): Debate no Fórum da WSIS

25 a 29 de maio

12ª Sessão da Comissão sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

### Fóruns Regionais

#### Mercosul

Informações:

<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>

2 a 4 de junho

109ª Reunião Ordinária da Comissão de Comércio

Local: Montevideú, Uruguai

4 e 5 de junho

8ª Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum

Local: Assunção, Paraguai

8 e 9 de junho

Reunião do Grupo de Integração Produtiva

Local: Assunção, Paraguai

10 e 11 de junho

Reunião da Comissão Intergovernamental de Gestão de Riscos e Redução das Vulnerabilidades do Mercosul

Local: Assunção, Paraguai

#### CEPAL

Local: Santiago, Chile

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

1º de junho

Seminário sobre Estatísticas da Indústria Manufatureira

5 de junho

Conferência de Alain Rouquié: "América Latina después de la crisis"

Reunião sobre o "Dia Mundial do Meio Ambiente"

8 de junho

12ª Conferência Anual do *Global Trade Analysis Project* sobre Análise Econômica Global

#### OCDE

Informações:

<[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_34487\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html)>

28 e 29 de maio

Reunião do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento e do Comitê de Políticas Ambientais

1 e 2 de junho

Conferência “O Papel da OCDE na Formação de Políticas Tarifárias Internacionais”

Local: Washington, D.C., EUA.

4 a 6 de junho

Fórum Econômico Internacional

Local: São Petersburgo, Rússia

5 de junho

Fórum Econômico Internacional sobre a África

Local: Paris, França

8 a 11 de junho

Fórum Econômico das Américas: adaptando-se a uma Nova Ordem Mundial

Local: Montreal, Canadá

9 e 10 de junho

Fórum Global sobre Comércio e Mudanças Climáticas

10 a 12 de junho

Fórum Econômico Mundial sobre a África 2009: “Implicações da Crise Econômica Global para a África”

Local: Cidade do Cabo, África do Sul

11 e 12 de junho

Workshop: “Cidades Verdes: Novas Formas de Confrontar as Mudanças Climáticas”

Local: Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

## Fórum Público da OMC debate a crise

A edição de 2009 do Fórum Público da OMC, que ocorrerá entre os dias 28 e 30 de setembro, trabalhará com o tema “Problemas globais, soluções globais: rumo a uma melhor governança global”. De acordo com os organizadores, o Fórum adquire pertinência ainda maior na busca por soluções globais face à desaceleração da economia global e à multiplicação de práticas protecionistas. Neste ano, o Fórum atentará para o papel do sistema multilateral de comércio e para as negociações da Rodada Doha no contexto da crise econômica. Para mais informações, ver: <[http://www.wto.org/english/forums\\_e/ngo\\_e/forum09\\_background\\_e.htm](http://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/forum09_background_e.htm)>.

## Publicação do Artigo: “Alianças público-privadas como estratégias nacionais de desenvolvimento” - Cepal

No último dia 8 foi publicado, na Revista N° 97 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), artigo que trata das parcerias público-privadas e seu papel no desenvolvimento da região. Destacam-se as parcerias como forma de manter altas as taxas de crescimento econômico na América Latina, bem como de reduzir os índices de pobreza na região. Para maiores informações: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/2/35942/P35942.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>.

## Curso de capacitação em diplomacia para o desenvolvimento

O InWEnt – Capacity Building International, criado em 2002 na Alemanha, está organizando o programa de diplomacia para o desenvolvimento: treinamento para o trabalho prático (DDP, sigla em inglês). Entre 3 e 28 de agosto de 2009, ocorrerá em Bonn e Berlim (Alemanha) uma etapa do referido curso, intitulada “Princípios, aspectos-chave e técnicas de trabalho de cooperação para o desenvolvimento”. O curso – que será ministrado em inglês – abrangerá princípios básicos da cooperação internacional, diretrizes básicas e instituições da cooperação para o desenvolvimento praticada na Europa, além de habilidades de negociação e o desenvolvimento de um Projeto Prático Individual de cooperação. Esta

---

## Informações Úteis

### Reunião Mundial dos Oceanos pede maior proteção

A Conferência Mundial dos Oceanos, realizada de 12 a 16 de maio em Manado (Indonésia), dedicou maior atenção ao impacto das mudanças climáticas sobre os oceanos. Nesta primeira reunião mundial sobre o tema, participaram mais de 1.500 pessoas, representando 70 países, a ONU e ONGs. Ao final da Conferência, os participantes produziram um documento que reivindicava a inclusão do tema da proteção dos oceanos na reunião sobre o clima que ocorrerá em dezembro, em Copenhague. Para mais informações, ver: Estado de São Paulo. *Reunião mundial pede proteção dos oceanos*. 2b. (12/05/2009).

iniciativa do InWEnt é financiada pelo ministério federal de cooperação econômica e desenvolvimento da Alemanha. Os custos relativos a passagem aérea e hospedagem não estão inclusos. Os interessados devem enviar, até 5 de junho, seu currículo para Mrs. Ursula Sekulla por e-mail ([ursula.sekulla@inwent.org](mailto:ursula.sekulla@inwent.org)) ou correio (InWEnt Capacity Building International, Germany / Dept.2.03 / Friedrich-Ebert-Allee 40 / 53113 Bonn / Federal Republic of Germany). Para mais informações, ver: [www.inwent.org.br/doc/DDP2009\\_APPLICATION\\_QUESTIONNAIRE.doc](http://www.inwent.org.br/doc/DDP2009_APPLICATION_QUESTIONNAIRE.doc) e [www.inwent.org.br/doc/DDP2009\\_InWEnt\\_in\\_Brief\\_EZ.doc](http://www.inwent.org.br/doc/DDP2009_InWEnt_in_Brief_EZ.doc).

prêmio, ver:  
<[http://www.wto.org/english/news\\_e/news09\\_e/rese\\_27apr09\\_e.htm](http://www.wto.org/english/news_e/news09_e/rese_27apr09_e.htm)>.

### **Revista Direito GV abre chamada de artigos**

A Revista Direito GV abriu, em finais de maio, chamada de artigos sobre “Metodologia de ensino do Direito”. A ideia surgiu da multiplicação de espaços de ensino do Direito. Atualmente, existem mais de mil cursos jurídicos no país. Esse quadro favorece reflexões sobre sua abordagem em sala de aula e sobre métodos que contribuam para a formação e capacitação do aluno do curso de Direito frente a esta nova conjuntura. Serão bem vindos textos inéditos que contribuam com discussões teóricas acerca das formas de avaliação, da metodologia e métodos de ensino do direito. Também serão considerados relatos que problematizem experiências individuais em sala de aula e que venham a contribuir, portanto, com essa proposta. Os textos – que podem ser escritos em português, inglês ou espanhol – deverão ser enviados para [revistadireitogv@fgv.br](mailto:revistadireitogv@fgv.br) até 13 de outubro de 2009.

### **Conferência de Budapeste abordará avaliação de desenvolvimento sustentável**

A próxima conferência da série de treinamentos e conferências organizadas pela EASY-ECO ocorrerá entre os dias 16 e 18 de outubro em Budapeste (Hungria). A Conferência de Budapeste de 2009 tem por tema “Perspectivas de *Stakeholders* na avaliação do desenvolvimento sustentável”, como foco em ligações entre responsabilidade social corporativa (CSR, sigla em inglês) e gestão de avaliação de sustentabilidade no domínio corporativo da Europa.